

EXCELENTÍSSIMO (A) PRESIDENTE (A) DA COMISSÃO JULGADORA

Ref.: Edital nº 03/2017 – Lote I e II – Processo 144/2016

Ato Administrativo de Inabilitação em Licitação

CEAGESP
Proc. nº 144/16
Principal nº 14
Folha nº 908
Visto

EXCELENTÍSSIMO

ADORA

Ref.: Edital nº 03/2017 –

AGRO COMERCIAL PORTO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o número CNPJ: 10.558.126/0001-30; com sede na Av. Dr. Gastão Vidigal, número 1946, Bairro Vila Leopoldina, CEP 05316-900, São Paulo – SP, através de seu representante legal **LEONARDO SANTOS QUEIROZ**, portador do RG 6.005.926-6, devidamente inscrito no CPF sob o número 063.412.148-04, residente à Rua: César Valejo, número 170, apto. 81, Morumbi – CEP 05685-000 – São Paulo – SP, vem, perante V. Exa., apresentar

AGRO COMERCIAL

RECURSO ADMINISTRATIVO

AGRO COMERCIAL

CNPJ: 10.558.126/0001-30

Bairro Vila Leopoldina

representante legal LEONARDO

6, devidamente inscrito

SP, vem

com as inclusas razões, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea “a” e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, da Lei Federal nº 8.666/93, exercendo seu **DIREITO DE PETIÇÃO**, assegurado no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea a, da Constituição Federal, expor e requerer o que segue:

1 – PRELIMINARMENTE

Em primeiro plano, sobre o direito de petição, a **RECORRENTE** transcreve ensinamento do professor José Afonso da Silva, em sua obra “Direito Constitucional Positivo”, ed. 1.989, página 382:

com as inclusas razões

dispositivos legais pertinentes

seu **DIREITO DE PETIÇÃO**

da Constituição Federal

“É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação”.

Também o renomado Mestre Marçal Justen filho, “in” Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., pág. 647 assim assevera:

“A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos administrativos inválidos. Além disso, a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art. 37) e o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inc. LV).”

Assim, requer a RECORRENTE que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “ad argumentandum”, que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação”.

1.1. DO EFEITO SUSPENSIVO

Requer a RECORRENTE, sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo à inabilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa.

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 2º O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

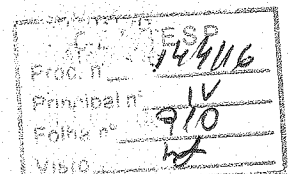
(...)

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.”

2 - DOS FATOS

No dia 10 de novembro de 2017 às 09:30, compareceu ao endereço informado no Edital, a fim de realizar a entrega dos envelopes.

Após aguardar em uma a pequena fila que havia no local o representante da RECORRENTE, dirigiu-se ao local do cadastro, sendo este na Sessão de Licitações SELIC 2º andar do prédio.



[Handwritten signature]

Ocorre o endereço publicado no Edital foi alterado, sem que houvesse nova publicação, o representante tomando ciência do novo local dirigiu-se ao mesmo, porém não havia identificação de sala ambiente no local, o que dificultou o seu acesso.

O representante tomou posição junto à mesa onde seria feito o certame, passado alguns minutos foi então questionado pelo Gerente do Departamento de Licitações, Compras e Contratos, senhor Fiorentino Perugino Neto, se sua presença dava-se em razão da participação do certame. O representante afirmou prontamente sua intenção, de imediato, foi informado que a etapa do credenciamento havia sido encerrada.

O representante arguiu junto ao senhor gerente, que se tratando de um processo licitatório de entrega de 02 (dois) envelopes fechados e lacrados, sendo estes **DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**. Desta feita, segue-se conforme previsto em lei que a Habilitação seria feita a partir daquele instante, quanto à proposta comercial decidiu a comissão que seria feita em sessão posterior.

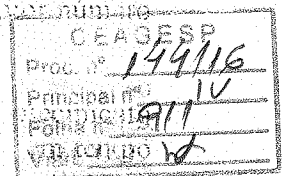
Seguindo este entendimento, não havia nenhuma razão para que não fosse colhidos os envelopes apresentados pelo representante, uma vez que não causaria prejuízo algum ao processo, visto que o objetivo legal desse tipo de licitação é **MELHOR OFERTA E PREÇO** pelo lote em questão. Sendo dever do agente público buscar o maior número de proposta em favor do contratante.

Ainda pesava o fato, de que o endereço publicado divergia do local de acontecimento da sessão, não havendo publicação de retificação de mudança de endereço em tempo hábil, além de outros procedimentos inadequados, como o aviso via telefone 18 horas antes do certame, indicando que a CONTRATANTE havia emitido, atestado de visita técnica de maneira equivocada, ou seja, que por sua vez carecia por novo atestado, visto conter a inclusão de ambos lots lotes I e II, e não sendo emitidos em separado como pediu Edital. Somando aos diversos equívocos deste certame, o Edital em sua cláusula 7. 7.1 recomenda e ordena que os envelopes sejam opacos. Consta que 02 (duas) ou 03 (três) empresas, entregaram envelopes brancos e de baixa gramatura.

3 – DO DIREITO

Ab initio, cumpre verificar que o artigo 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital.

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”



Por sua vez, os fatos ocorridos e relatados ferem e desrespeitam os princípios que norteiam o processo licitatório. É notório que o direito da RECORRENTE em participar legitimamente do certame, foi cerceado uma vez que o Princípio da Publicidade não foram respeitadas as exigências do referido Edital.

Assim, cabe dizer que, o Princípio da Publicidade não é a apenas à divulgação do procedimento para conhecimento de todos os interessados, como também aos atos da Administração praticados nas várias fases do procedimento que podem e devem ser abertas aos interessados, para assegurar a todos a possibilidade de fiscalizar sua legalidade.

No que tange o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, também chamado de princípio da vinculação ao edital. O edital faz lei entre as partes, logo, ele deve ser observado. Tanto a administração pública quanto o licitante devem observar o edital. Se a administração deixar de observar estarão maculando a licitação com vício de legalidade.

Assim, cabe dizer que:

Ainda, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

Art. 3º - I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Neste caso, estar-se-ia diante do disposto no artigo 48, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, que dispõe que serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação.

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

Nesse sentido, é o entendimento do STJ, senão, vejamos:

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. PROVA DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA. ATESTADOS. DESCUMPRIMENTO DO EDITAL. SUSPENSÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE. A habilitação de eventual empresa licitante fica condicionada ao preenchimento dos requisitos previstos no edital, em atendimento a um dos princípios básicos do procedimento licitatório - o da vinculação ao edital. Hipótese em que a

CEAGESP	14/4/16
Processo nº	10
Porta nº	912
Visto	12

empresa agravada descumpriu o item do edital referente à prova da capacitação técnica, não sendo os atestados hábeis para tanto. Importante destacar que a previsão em questão constitui apenas uma das formas das empresas demonstrarem sua capacidade técnica, encontrando-se, inclusive, pautada no princípio da razoabilidade, já que estritamente ligada ao objeto do certame. **AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.** (Agravado de Instrumento Nº 70065009516, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício, Julgado em 26/08/2015). (TJ-RS - AI: 70065009516 RS, Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício, Data de Julgamento: 26/08/2015, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 31/08/2015)

Pois bem.

No caso aqui *in concreto*, a inabilitação da RECORRENTE de forma ilegal, impede a realização da licitação, uma vez que não foram cumpridas as exigências legais norteadoras do Processo Licitatório. Portanto, a competição é a "alma da licitação", devendo-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição.

4 - DO PEDIDO

Assim, diante de tudo ora exposto, a RECORRENTE requer digno-se V. Exa. Conhecer as razões do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, dando-lhe **PROVIMENTO**, culminando assim com a anulação da decisão em apreço, declarando-se suspenso o certame.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão de Licitações reconsidere sua decisão e, não sendo este o entendimento, faça este recurso subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 109, da Lei nº 8.666/1993, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo.

Nesses termos,

Pede deferimento.

PROVIMENTO

AGRO COMERCIAL PORTO LTDA

AGRO COMERCIAL PORTO LTDA

P/p.

Leonardo Santos Queiroz

São Paulo, 21 de novembro de 2017.

CEAGESP	144116
SELIC - Seção de Licitações	IV
Recebido:	913
Horário:	16h 23
Nome:	h

CEAGESP
SELIC - Seção de Licitações
Recebido: 21/11/17
Horário: 16h 23
Nome: RS

